Helena Carreiras
Andrés Malamud

Capítulo 3

Associações portuguesas, integração social e identidades colectivas: o caso do Uruguai

Introdução

Embora exista um extenso conjunto de estudos sobre associações de imigrantes e associativismo étnico na América do Sul, bastante menos se sabe sobre as associações portuguesas e a forma como foram contribuindo para a construção de identidades colectivas.[1] Neste texto propomos uma análise do associativismo português no Uruguai, com particular ênfase no caso da cidade de Salto, centrando a atenção na relação existente entre as características das associações, os processos de integração social dos imigrantes e lusodescendentes e a construção de identidades colectivas.

Observamos, em concreto, o papel das associações simultaneamente na construção e no reforço de referenciais nacionais de Portugal, uma tendência que a literatura designa como *etnicizante*, como no seu impacto enquanto veículo de *assimilação* dos imigrantes aos quadros culturais da sociedade receptora. Após discutir alguns dos conceitos teóricos implicados neste questionamento e propor um quadro analítico específico, desenvolvemos uma análise empírica do caso uruguaio. Não se trata porém de uma tentativa de reconstrução histórica das práticas associativas

[1] Pistas importantes podem, contudo, encontrar-se nos trabalhos de Marcelo Borges (1989; 1991; 1997; 2000), Emir Reitano (2000) e Ada Svelitza de Nemirovsky (2000).

portuguesas no país, ou da sua evolução e representatividade. Ao invés, olhamos para as associações existentes no início do século XXI, bem como para testemunhos obtidos através de entrevistas a imigrantes portugueses e lusodescendentes, para levantar as seguintes questões: de que forma o associativismo presente dos imigrantes portugueses e lusodescendentes ostenta marcas do que foi, e é, o seu processo de integração social? Em que medida participa em processos de *etnicização* e/ou de *assimilação*? Que objectivos cumprem as associações no jogo de construção identitária destes grupos e indivíduos?

A informação analisada foi obtida no âmbito do trabalho de campo de um projecto mais amplo intitulado «Do fado ao tango. emigração e emigrantes portugueses na região platina», desenvolvido no CIES-ISCTE entre 2005 e 2007.[2] Para além de um conjunto variado de fontes documentais, essa informação decorre de um inquérito às associações de imigrantes, entrevistas semidirectivas a dirigentes associativos e membros da comunidade portuguesa em Salto, e observação directa no terreno.[3]

Associações, identidades e integração em contexto migratório

Identidades colectivas e processos de integração

Um ponto de partida para explorar a questão das dinâmicas identitárias geradas em contexto de associativismo migrante é a análise da relação existente entre essas identidades e as características dos processos de integração social dos imigrantes. A literatura sobre estes temas desenvolveu-se ao longo de mais de uma geração em torno de alguns conceitos polémicos e frequentemente carregados

[2] A equipa de investigação integrava, para além dos autores deste texto, Beatriz Padilla, Diego Bussola e Maria Xavier. O projecto foi financiado pelo Programa Lusitânia.

[3] Este trabalho teria sido impossível sem a ajuda de um conjunto de pessoas e instituições a quem queremos agradecer: Embaixada de Portugal no Uruguai, Cônsul Vítor Marcelino, Casa de Portugal de Montevideo, Casa de Portugal de Salto, Carlos Martins, Eduardo Vargues, Luís Panasco, Carlos Texeira, Hilda de Sousa Manzini e família, José do Nascimento Coelho, Juan Manuel Aguerre Peixoto, Horácio e Laura Ferreira, Ana Soares Pereira de Guimaraens, Antenor de Souza e Maria Elida de Souza.

de significados normativos: por um lado o conceito de assimilação, inicialmente utilizado para designar a incorporação relativamente linear e supostamente não problemática dos imigrantes nas sociedades de acolhimento; por outro lado, conceitos como «pluralismo» ou «retenção étnica», sublinhando a resistência dos imigrantes à assimilação e a preservação de fortes laços aos seus contextos de origem. As perspectivas ditas *assimilacionistas* desenvolveram-se numa variedade de versões baseadas em diferentes entendimentos do conceito original, desde o *straight line* ou *bumpy line assimilation* (Guns 1992a; 1992b) até à ideia de assimilação segmentada (Portes e Zhou 1993; Zhou 1997) ou mesmo a mais recentes perspectivas críticas (Alba e Nee 1997). Ainda mais susceptíveis de múltiplos entendimentos, perspectivas sobre *etnicidade* ultrapassaram a ideia de uma etnicidade primordial e relativamente imutável (Geertz 1993; Isaacs 1975) para desenvolver uma concepção situacional e instrumental de «grupos de interesse étnicos» ou mesmo uma perspectiva relacional sobre a «invenção da etnicidade» (Conzen *et al*. 1990; Sollors 1989) e a sua revisão critica (Schneider 2000).

Embora as perspectivas *assimilacionistas* tenham sido sistematicamente opostas às perspectivas *retencionistas* ou centradas na *etnicidade*, visões mais recentes sugerem que essa polarização é não apenas desnecessária como equívoca, e que é possível reconciliar ambas. Na linha da análise proposta por Pires (2003), as dinâmicas de integração social em contexto migratório podem assim ser analisadas enquanto combinações variáveis de processos de assimilação e etnicização. Partindo de diversos contributos teóricos que visam reconceptualizar o conceito de assimilação (Alba e Nee 1993; Kazal 1995; Massey 1995; Morawska 1990, 1994; Portes e Zhou 1993; Zhou 1997), Pires define-o como «o processo de inclusão dos imigrantes no espaço identitário definidor da pertença à sociedade de chegada e, portanto, definidor também da possibilidade de participação alargada do imigrante nos quadros de interacção preexistentes. Essa inclusão é efectiva quando se combinam os processos de auto e hetero-categorização dos imigrantes enquanto membros desse espaço identitário comum» (Pires 2003, 96). Decorrem desta definição alguns elementos centrais: por um lado, *assimilação* não supõe homogeneização ou incompatibilidade com a existência de identidades culturais plurais, como muitas interpretações do conceito sugerem. Desde logo, porque as sociedades receptoras são

elas próprias heterogéneas, o que aliás é amplificado no caso da sociedade que analisamos neste texto; por outro lado, *assimilação* não significa mera «adaptação» porque no processo de inclusão de novas pertenças se reconfigura também o espaço identitário comum: assimilação não se opõe assim a hibridação; finalmente, assimilação não significa consenso normativo, podendo coexistir com conflitos normativos acomodáveis na ordem preexistente.

Por *etnicização* o autor entende «o conjunto de processos de construção de uma identidade colectiva no confronto dos imigrantes com as reacções à sua presença na sociedade de chegada, identidade essa baseada num sentido de pertença a uma colectividade com ascendência comum, precedendo, tendencialmente, outras auto e hetero-categorizações sociais e, por isso, proporcionando um sentido de solidariedade que supera, em situações críticas, outras divisões sociais» (Pires 2003, 100). A construção identitária-tipo que lhe corresponde é de natureza eminentemente relacional, dependendo o desenvolvimento de processos de integração etnicizante dos imigrantes mais das reacções da sociedade de acolhimento que de um património de memórias supostamente por eles transportadas. Nesta perspectiva, resultaria equívoco atribuir aos imigrantes uma identidade cultural unificada referenciável à sua origem: por um lado essas memórias são elas próprias fragmentadas em virtude das diferentes origens e inserções sociais dos imigrantes, por outro porque «a pertinência identitária das memórias culturais transportadas é enfraquecida pela sua extracção dos contextos institucionais e de interacção em que foram construídas, sendo dificilmente actualizáveis, sem transformações e reduções, em novos universos sociais» (Pires 2003, 101).

Daqui que exista sempre, em medidas variáveis, um processo de hibridização, de interacção entre diferentes referenciais identitários. Neste sentido se desenvolve também a análise de Machado (2002) sobre a etnicidade, conceito que na perspectiva do autor designa mais processos do que grupos particulares, referindo-se à relevância que a pertença a determinada categoria minoritária, étnica ou racialmente diferenciada pode ou não assumir em termos sociais, culturais e políticos. Segundo o autor, o espaço da etnicidade estrutura-se em torno de contrastes e continuidades das minorias relativamente à sociedade mais ampla ou a outros grupos minoritários, em duas dimensões fundamentais – social (composição de classe, composição sociodemografica e localização

residencial) e cultural (orientação das sociabilidades, religião e língua). Para cada minoria, as combinações possíveis são múltiplas. Quando existe convergência de todos os contrastes, a etnicidade tem relevância máxima e é potencialmente disruptiva. Quando, pelo contrário, existe convergência de todas as continuidades, a própria ideia de etnicidade esvazia-se de significado social, cultural e político, correspondendo a um cenário de integração plena. Segundo Machado, é em função do nível de contrastes e continuidades que se pode então avaliar o problema da integração das minorias migrantes nas sociedades de acolhimento (Machado 2002, 3-4).

A análise dos processos de *etnicização* inscreve-se assim no quadro geral da construção de identidade colectiva, a qual resulta sempre da imbricação de processos de identificação e *identização*/diferenciação (Pinto 1991), remetendo também para diferentes dimensões: a partilha de atributos semelhantes por um conjunto de indivíduos; a sua auto-representação como entidade colectiva e ainda a sua hetero-representação por terceiros como colectivo (Costa 2000). Neste sentido, os conceitos de etnicização e assimilação não constituem categorias mutuamente exclusivas, devendo antes ser entendidos, segundo Pires, como ideais-tipo polares de um contínuo que empiricamente pode assumir múltiplas configurações nos espaços e nos tempos sociais da integração. Entre os principais factores responsáveis pelos diferentes modos de integração, e retomando criticamente algumas propostas de Portes (1999), o autor identifica três: as características dos fluxos, as políticas dos Estados nacionais e as reacções sociais à imigração.

Relativamente ao primeiro, destaca-se o impacto maior ou menor das redes de imigração, sugerindo o autor que, quanto mais o fluxo estiver ancorado no funcionamento de redes informais que tendem a reproduzir-se como espaços de integração, maior será a tendência para modos de integração próximos do pólo etnicizante. O funcionamento das redes e a sua reprodução terá tanto mais peso quanto o fluxo for contínuo, definido como temporário, e quanto menores as competências e recursos dos imigrantes que o integram.

Por sua vez, a orientação das políticas condiciona os modos de integração em três planos: no plano das específicas políticas migratórias de regulação dos fluxos, sugerindo-se aqui que «quanto maior for o hiato entre eventuais políticas restritivas à entrada e o desenvolvimento real do fluxo, mais provável é que este tenda

a ancorar-se em redes informais, desembocando portanto numa dinâmica de tipo comunitarista» (Pires 2003, 105). Dada a sua situação de marginalidade, o imigrante necessita, assim, do suporte continuado das redes. Os outros dois planos remetem já para a questão da nacionalidade: a definição da condição de estrangeiro e as possibilidades de acesso à nacionalidade. Neste caso, quanto mais restritivo o acesso aos direitos, «mais o imigrante tende a ser definido e a autodefinir-se como estranho, e maior é portanto a probabilidade de emergência de uma etnicidade reactiva» (Pires 2003, 106).

Finalmente, o terceiro factor, as reacções sociais à imigração, e sobretudo o desenvolvimento de processos de marginalização, estigmatização e discriminação, constitui um aspecto decisivo na definição dos modos de integração. Quanto mais expressivo o desenvolvimento deste tipo de processos, maior a propensão ao reforço *etnicizante* da forma de integração dos imigrantes.

Associações de imigrantes e políticas de identidade

Uma abordagem habitual na análise das associações de imigrantes identifica-as como lugares fortes de construção identitária de tipo *etnicizante*, geradores de sentimentos de pertença e segurança. Mas as associações podem igualmente ser vistas como lugares de constituição da etnicidade enquanto fenómeno político (Viegas 1986; Capucha 1990). Neste âmbito, o associativismo imigrante seria expressão de processos de institucionalização da etnicidade, assumindo uma dimensão de representação e intermediação política de interesses. Estes entendimentos não são incompatíveis, chamando antes a atenção para a existência de diferentes tipos de associações, mais ou menos inscritas em fenómenos de politização da etnicidade, mais reivindicativas ou mais expressivas, mais exclusivistas ou mais abertas, mais dependentes ou mais autónomas relativamente aos Estados. Para além de funções internas relacionadas com a sociabilidade dos membros, o apoio social, a valorização e reprodução de formas e especificidades culturais, muitas associações assumem também funções externas de interlocução face à sociedade e ao Estado de acolhimento (Machado 2002, 397). O seu lugar nos processos de integração dos grupos imigrantes e na construção identitária que os acompanha variará pois na medida em que existam as condições para a efectivação desse papel, tanto no que se

refere à sua própria capacidade de mobilização para a acção colectiva como da sua constituição e reconhecimento pelos Estados como actores legítimos. Relativamente ao primeiro aspecto vale a pena salientar que o envolvimento de elementos de minorias na acção colectiva não é um dado certo à partida (Machado 2002, 398), justamente porque a reprodução da etnicização exige a construção de lugares de poder a partir dos quais se constrói a narrativa identitária que induz a diferenciação social das populações migrantes (Pires 2003, 109). Já no que se refere ao segundo aspecto, Soysal (1994, 85) argumenta que «as regras definidas para a participação numa determinada comunidade política configuram também os padrões de organização colectiva dos migrantes». A autora sublinha o facto de que enquanto muitos estudos sobre a organização colectiva dos migrantes se centram nos temas da identidade e formação de comunidades e identidades étnicas, muito poucos examinam a forma como as instituições da comunidade de acolhimento condicionam e dão forma à incorporação organizacional dos migrantes. A sua análise sugere que os princípios organizadores e os estilos de incorporação da sociedade de acolhimento são fundamentais para explicar e compreender os padrões organizacionais de incorporação emergentes. A organização colectiva dos migrantes, é, neste sentido, um processo que deriva da interacção entre laços e relações que os migrantes mantêm com os seus contextos de origem e o tipo e forma dos processos institucionais, sociais e políticos das novas sociedades em que se inserem. Contudo, o resultado dessa interacção é habitualmente algo novo. Analisando o tópico numa perspectiva global e histórica, utilizando exemplos provenientes de variados contextos migratórios, Moya (2005) mostrou como processos quasi-universais bem como especificades locais e temporais se combinam para configurar as práticas associativas, de uma forma que transcende as tradições e características étnico-nacionais de grupos imigrantes e respectivas sociedades de acolhimento. Na mesma linha, Schrover e Vermeulen (2005) sustentaram que as características das comunidades imigrantes bem como a estrutura política de oportunidades são factores importantes para explicar a actividade organizacioanal dos migrantes, mas que a natureza da relação é curvílinea mais que linear. De acordo com estes autores, «tanto o excesso quanto o défice de competição (por parte de governos ou outros agentes) conduz à redução da actividade organizacional. Comunidades demasiado pequenas ou excessivamente grandes experimentam problemas em manter as suas organizações»

(Schrover e Vermeulen 2005, 823-832). Da mesma forma, a participação ou ausência das gerações mais jovens nas associações, embora naturalmente dependente da fase do ciclo migratório, pode ser vista como sinal da sua vitalidade, relevância social, ou até mesmo do seu sucesso enquanto produtoras de *etnicização*.

Em síntese, tal como sublinha Machado, «o associativismo migrante não é [...] uma realidade homogénea, nem quanto ao tipo e grau de activismo das associações, nem quanto aos meios sociais onde nascem, nem ainda quanto aos fins prosseguidos e ao espaço de actuação» (Machado 2002, 407). Em *Historia de la Inmigración en Argentina*, Devoto oferece um rico panorama dessa diversidade relativamente às associações de imigrantes na Argentina durante as primeiras décadas do século XX. O autor chama a atenção para a variabilidade de dimensão, objectivos e actividades das associações existentes, sustentando que a sua evolução dependeu de factores como a origem social dos líderes a das «pontes» que ajudaram ou não a construir com outras esferas e contextos de interacção social. Devoto mostra, por exemplo, que, numa sociedade aberta como a Argentina, as associações funcionaram simultaneamente como lugares de reforço da etnicidade e instrumentos de «civilinização» dos migrantes (Devoto 2003, 310-318 e 379-389).

Tendo em conta o quadro de análise que vimos esboçando, procuraremos nos próximos pontos avaliar as características do associativismo português no Uruguai, em particular na cidade de Salto, relacionando-o com o processo de integração social dos imigrantes e a construção de identidades colectivas.

Associativismo português no Uruguai

Os portugueses no Uruguai[4]

No Uruguai, os portugueses encontram-se concentrados sobretudo na capital, Montevideu e regiões limítrofes, embora exista um outro grupo importante na cidade de Salto, na margem do

[4] A informação analisada neste ponto foi obtida a partir de diversas fontes. Para a *Casa de Portugal de Montevideo* foram utilizados registos documentais tais como a *Memoria Anual* da associação entre 1998 e 2003, contactos informais e observação directa (reunião com dirigentes da associação no consulado português em Montevideu em Janeiro de 2005 e com grupo de sócios na sede da Associação em Montevideu em Novembro de 2005; correspondência informal com Eduardo

rio Uruguai, 600 quilómetros a norte, mais antigo e integrado maioritariamente por pessoas que já não podem reclamar a nacionalidade. Embora os dados oficiais indicassem a existência de cerca de 1100 portugueses inscritos na embaixada em 2005, informações recolhidas junto de representantes das associações portuguesas no país apontam para a existência de uma comunidade de portugueses e lusodescendentes que poderá variar entre 5000 e 10 000 pessoas.

Enquanto em Montevideu se podem encontrar muitos portugueses chegados já após a Segunda Guerra Mundial, no final da década de 1940 e primeiros anos da década de 1950, em Salto a esmagadora maioria dos que reclamam para si a herança da identidade lusitana são filhos ou netos de portugueses, descendentes de emigrantes que chegaram nas primeiras décadas do século XX, ou mesmo antes, no contexto de uma política de imigração marcadamente liberal.[5] Não admira pois que em Salto sejam raros os que falam português, ao contrário do que sucede em Montevideu.

Deixando de lado a onda migratória mais antiga, que incluiu portugueses de origem açoriana chegados ao Uruguai através do Brasil no final do século XIX e que se estabeleceram sobretudo em Salto ocupando-se da criação de gado e comércio de artigos de couro[6], trata-se em geral de uma emigração inicialmente masculina,

---

Vargues, secretário da associação; respostas ao *Inquérito às Associações Portuguesas no Cone Sul* realizado no âmbito do projecto «Do fado ao tango» (Carreiras *et al.* 2007; http://home.iscte.pt/~ansmd/Fado-Tango), bem como entrevistas a dirigentes associativos. Da mesma forma, para o caso de Salto foram utilizados registos documentais (livros de actas, estatutos associativos), contactos informais (correspondência com Carlos Texeira e Hilda de Sousa Manzini; reuniões e entrevistas de grupo com membros da associação em Janeiro de 2005 e Janeiro de 2006; observação directa (visitas ao cemitério local, à *Escola de Portugal* e a outros locais relevantes na cidade), bem como respostas ao referido inquérito e entrevistas a dirigentes associativos.

[5] No Uruguai, país cuja relativa marginalidade fez que durante todo o século XX se constituísse mais como destino transitório que como destino final para muitos imigrantes, a atitude do Governo perante a imigração caracterizou-se por uma grande abertura, mas também por uma declarada passividade, limitando-se a sua acção a pouco mais que a concessão de alojamento temporário aos imigrantes (Finch 1995, 205-206). A partir de 1930 verificou-se uma diminuição dos fluxos migratórios e em 1936 a tradicional política de porta aberta foi abandonada. No final dos anos 1950 o Uruguai havia entrado num período de estagnação económica e crescente instabilidade social e política, assistindo-se a um crescimento da emigração (tendo a Argentina como destino preferencial) no final dos anos 1960. Uma descrição mais pormenorizada dos fluxos e políticas migratórias nos países do Cone Sul pode encontrar-se em Carreiras (*et al.* 2007).

[6] Segundo Barrios Pintos (1968), a cidade de Salto ter-se-á desenvolvido em torno da Guarda de Fronteira Portuguesa deixada no lugar por onde Artigas

constituída por agricultores pobres oriundos do Norte de Portugal (sobretudo das regiões do Minho, Douro Litoral e Trás-os-Montes, mas também, em menor proporção, do Centro e Sul do país).

Apesar de alguns casos pontuais de empresários bem sucedidos, a comunidade de Montevideu é composta sobretudo por pequenos e médios produtores agrícolas que possuem propriedades nos arredores da capital e se dedicam ao abastecimento dos mercados da zona. Existem também algumas bem sucedidas pequenas e médias empresas industriais. Em Salto, a comunidade é composta maioritariamente por agricultores ou pequenos empresários agrícolas na área da horto-fruticultura, particularmente na produção de citrinos.

Ambas as cidades têm uma associação portuguesa, a Casa de Portugal de Montevideu e Salto respectivamente, adquirindo a primeira uma decisiva preponderância no conjunto das dinâmicas associativas portuguesas no país e constituindo, aliás, o centro a partir do qual se dinamizou o ressurgimento do associativismo português em Salto.[7]

Em Montevideu, as práticas associativas portuguesas são sólidas e antigas, datando de finais do século XIX a criação de duas associações com finalidade filantrópica e assistencialista: a *Real Sociedade Portuguesa de Beneficência* (1888) e a *Sociedade Portugueza de Beneficencia e Socorros Mutuos Dona Maria Pia* (1880). Em 1912, na sequência da implantação da república em Portugal, estas

---

atravessara para o seu exílio no Paraguai. As primeiras famílias de colonos portugueses (ou melhor, de origem portuguesa/açoriana) em Salto teriam chegado no contexto das sucessivas invasões brasileiras que assinalaram, a meados do século XIX, anos de predomínio do Brasil sobre o Uruguai. Ao contrário do que aconteceria com a vaga de emigrantes portugueses que chegaram a partir da Primeira Guerra Mundial, estas primeiras famílias seriam relativamente abastadas e em número reduzido. Segundo o testemunho de Carlos Texeira, dinamizador da Casa de Portugal de Salto, esta caracterização é confirmada pelos documentos da antiga Sociedad de Beneficencia Portuguesa, que mostram que frequentemente o número de associados não era suficiente para formar a comissão directiva.

[7] Durante a realização do nosso trabalho de campo (2005-2006), encontrava-se em fase de constituição uma outra associação em San Carlos, povoação no Sudeste do país fundada com colonos açorianos no século XVIII. Tratava-se de originários de San Pedro do Sul, uma localidade situada na entrada da Laguna de los Patos, desterrados quando no século XVIII os espanhóis retomaram pela força a Colónia do Sacramento e expulsaram os portugueses da «Banda Oriental» (actual Uruguai). Esses desterrados foram enviados para um lugar perto de San Fernando de Maldonado (Punta del Este), mas longe do mar, segundo disposições do general espanhol Don Pedro de Ceballos, que comandava a campanha militar e que veio a tornar-se vice-rei do Rio da Prata.

instituições fundem-se, adoptando o nome de *Sociedade de Beneficência União Portugueza*, o qual seria posteriormente alterado para *Sociedade de Beneficência e Socorros Mútuos União Portuguesa de Montevideu,* em 1938. Paralelamente a esta instituição, que acabou por representar sempre os interesses oficiais do Estado português, desenvolveu-se durante a década de 1930 uma outra estrutura inicialmente designada Centro Social e Recreativo. Esta associação, que viria a dissolver-se, depois a reconstituir-se em 1944 como *Centro Democrático Português Cinco de Outubro,* e finalmente em 1954 como *Centro Social Português,* integrava sobretudo opositores ao Estado Novo.

No início da década de 1970, a difícil situação económica da sociedade mutualista entretanto renomeada em 1967 como *Sociedade de Beneficência União Portugueza da Montevideu* resultou no encerramento dos serviços de mutualismo médico em 1973, após negociação do ingresso dos sócios numa outra instituição médica em Montevideu. Esta situação, associada ao facto de muitos dos sócios pertencerem na realidade às duas associações, fez nascer a ideia de uma nova fusão, a qual viria a gerar em 1980, após anos de complexas diligências jurídicas e patrimoniais, o *Movimiento Pro Casa de Portugal*. Os objectivos deste movimento, concretizar-se-iam em 1983, com a criação da presente estrutura associativa portuguesa da cidade, a *Casa de Portugal de Montevideo*. Trata-se de uma instituição social, recreativa e cultural, formada essencialmente por emigrantes portugueses e seus descendentes, mas também por pessoas de outras origens. A associação conta com cerca de 500 membros, maioritariamente mulheres (56%), e uma percentagem elevada de sócios com mais de 65 anos (44%). Em contrapartida, são relativamente poucos os jovens: apenas 12% têm idade inferior a 35 anos. Curiosa é a distribuição dos sócios por nacionalidade, já que apenas 22% têm nacionalidade portuguesa. Se a estes adicionarmos os uruguaios lusodescendentes (42%), verifica-se ainda que cerca de um terço dos membros não tem origem portuguesa. Este dado confirma pois a ideia de que esta partilha das dinâmicas associativas com pessoas originárias dos países receptores dá conta da forma como os mecanismos de assimilação parecem ter constituído a modalidade dominante de integração dos portugueses e lusodescendentes no Cone Sul (Carreiras *et al.* 2007).

Congruente com esta ideia é também o destaque dado nos objectivos da *Casa de Portugal* à promoção da «amizade, confra-

ternização e boas relações entre Portugueses e Uruguaios» para além do fomento da «sociabilidade, solidariedade e cultura da comunidade portuguesa no Uruguai» e a «protecção e estímulo aos Portugueses carenciados residentes no Uruguai». Da mesma forma, são estreitas as relações com outras associações nacionais, designadamente o Centro Galego de Montevideu, em articulação com a qual organizam, desde 2002, os Encontros Galaico-Portugueses. Entre as múltiplas actividades que a associação desenvolve, salienta-se a comemoração das datas cívicas do Uruguai (25 de Agosto) e de Portugal (25 de Abril; 10 de Junho; 5 de Outubro), a organização de cursos de Português e de encontros de convívio, espectáculos e conferências. No plano das iniciativas de teor sociocultural, a visita de personalidades de relevo da vida pública portuguesa e representantes de instituições políticas nacionais é motivo de orgulho particular e simultaneamente revelador da qualidade e intensidade das relações que a associação mantém com Portugal. Para além disso, a *Casa de Portugal* mantém em actividade permanente um conjunto de danças regionais, o Rancho Folclórico, composto por mais de 50 integrantes. Trata-se de um grupo formado por portugueses mas também por muitos jovens de outras origens, o que sublinha o acentuado eclectismo da associação. Uma outra área de intervenção da associação é a realização de um programa radiofónico semanal *Voz Lusitana,* de divulgação de notícias da comunidade e informação e música portuguesas.

Do ponto de vista financeiro, esta associação tem contado com apoios ocasionais de carácter excepcional por parte de entidades como a Fundação Gulbenkian e, mais recentemente, a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Mas, fundamentalmente, os seus recursos provêm de contribuições particulares de alguns membros, notáveis locais com capital económico e visibilidade social, e cuja presença é sublinhada para estabelecer o contraste com (ou mesmo «compensar») algumas características estereotípicas do imigrante português no Uruguai: rude, pobre, analfabeto e pouco sofisticado. A partir de 1988, a participação activa da associação nos encontros anuais das comunidades portuguesas do Cone Sul é também apresentada nos documentos oficiais e relatos informais como uma das suas mais salientes actividades, envolvendo a constituição de uma numerosa delegação, rondando habitualmente as 80 pessoas.

Em síntese, a partir de observação de terreno, conversas informais e entrevistas formais, foi possível confirmar a ideia de uma identidade colectiva multifacetada, produzida e sustentada na ausência de particulares tensões entre referenciais simbólicos nacionais ou de reforço de diferenciação relativamente a outros grupos.

Foto 3.1 – Capa dos estatutos da *Sociedade Portugueza de Beneficência Maria Pia* (Montevideu, 1880) e da *Sociedade Portugueza de Beneficência* (Salto, 1882).

Em Salto, a *Casa de Portugal* é hoje apresentada como herdeira de uma associação mais antiga, a *Sociedade Portugueza de Beneficiencia*, fundada em 1882. Inicialmente criada com objectivos de solidariedade social nos planos da assistência médica e do serviço fúnebre, essa associação terá entrado a partir de 1956, segundo testemunhos recolhidos no local, numa «prolongada sonolência». Da história dessa primeira associação, cuja memória é hoje utilizada para conferir legitimidade a uma estrutura bastante mais fluida e ainda em processo de institucionalização, restam documentos como os estatutos ou os livros de actas que os dirigentes actuais

apresentam com um misto de orgulho e curiosidade.[8] Mais que evocar uma real continuidade, a referência a esta associação procura fundamentar um enraizamento identitário, tanto quanto a evocação das origens luso-brasileiras da cidade de Salto (Barrios Pintos 1968), o papel de um cônsul português na cidade nos alvores do século XX,[9] ou a enorme quantidade de nomes de origem portuguesa entre os velhos povoadores da cidade e seus descendentes actuais.[10]

Na realidade, foi apenas nos últimos anos, com impulso e apoio por parte da *Casa de Portugal de Montevideo,* o papel activo de alguns dos seus dirigentes associativos e o voluntarismo de uns poucos lusodescendentes de Salto, que veio a (re)constituir-se uma associação, com vista a «promover a reunião dos Portugueses e lusodescendentes através da realização de algumas actividades recreativas e culturais». Trata-se de um grupo de cerca de 250 pessoas, na sua maioria com idade superior a 60 anos, que se reúne informalmente, na ausência de sede.[11] Na sua maioria são agricultores da periferia da cidade, dedicados à horto-fruticultura, incluindo também alguns empresários e profissionais liberais. De um modo geral são descendentes de portugueses oriundos de algumas localidades de distritos do Norte de Portugal, particularmente de zonas perto do Porto, como Penafiel, Vale de Sousa ou Entre-os-Rios.

---

[8] Um episódio interessante aconteceu no âmbito de uma reunião com membros da comunidade em que se revelou motivo de surpresa geral o facto de estas actas se encontrarem escritas em português, o que veio sublinhar o distanciamento em relação à língua a que adiante se fará referência.

[9] Este cônsul era integrante da família Amorim, uma das mais proeminentes da primeira presença portuguesa em Salto, proprietária de vastas terras e de uma «barraca» (comércio de artigos de couro) que viria a constituir um ponto de referência fundamental para muitos dos portugueses que foram chegando a Salto nas primeiras décadas do século XX. É neste primeiro período que se constrói o Panteão Português no cemitério local, com materiais trazidos de Itália.

[10] Foi possível inventariar os seguintes: Pereira (Perera), Ferreira, Teixeira (Texeira, Tejera, Tejeira, Techera, Techeira), Pinto (Pintos), Motta, Araújo, Da Costa (Costa, Acosta), Da Cunha (Acuña, Da Cunda), Magalhães (Magallanes), Oliveira (Olivera), Almeida, Alves (Alvez), Pires (Piriz), Amorim (Amorín), Gonçalves (Goncalvez), Amaro, Moreira, Coelho (Cuello), Farinha, Barros, Carbalho (Carballo), Da Cruz, Da Silva, Silveira, Ferreira, Da Rosa, De Lima, De Souza (Sosa), Dos Santos, Dutra, Brum, Salgado e Trindade.

[11] Segundo decorre dos livros de actas da antiga *Sociedade Portugueza de Beneficiencia,* os seus dirigentes teriam a certa altura conseguido acumular algum dinheiro que optaram por não utilizar para a compra da sede, preferindo emprestá-lo a juros. Essa quantia nunca lhes seria devolvida, tendo assim perdido o capital acumulado.

Foto 3.2 – Reunião de membros da *Casa de Portugal de Salto* (Uruguai) com os entrevistadores do projecto a 26 de Janeiro de 2005.

Um dos eixos em torno dos quais se estrutura a associação tem a ver com a construção e conservação do mausoléu português no cemitério local, o qual constitui um motivo de orgulho colectivo e funciona como o mais forte incentivo para o envolvimento na associação e o pagamento da respectiva quota fixada, em 2005, em dois pesos anuais. O carácter instrumental da motivação para aderir à associação não deixa de ser criticado, embora complacentemente, por alguns dos dirigentes presentes, que contrastam essa atitude com o forte sentimento que nutrem pelas suas raízes portuguesas. Essa desafectação da comunidade em relação aos referenciais identitários portugueses não surpreende, se considerarmos que, salvo raras excepções, nenhuma destas pessoas fala português e têm contactos muito limitados com Portugal. Para muitos, Portugal é uma realidade que na sua história familiar foi ficando cada vez mais distante – embora simbolicamente referencial – fruto da falta de comunicação e dos esporádicos contactos com familiares. Uma outra explicação para o que é identificado como uma relativa dificuldade em gerar dinâmicas associativas é fornecida por um dos responsáveis pela refundação da associação, historiador amador, ele próprio descendente de portugueses mas a uma distância de pelo

menos quatro gerações: «Acá las instituciones de inmigrantes nunca han tenido mucha fuerza, porque el Uruguay es un país muy abierto. Y entonces… [entre] el uruguayo y el extranjero… no hay diferencia (Carlos Texeira, descendente de portugueses; dinamizador da associação)».

E no entanto, se comparado o associativismo português com o de outras nacionalidades, há também quem saliente as diferenças, atribuíveis ao estatuto socioeconómico dos imigrantes. Um dos entrevistados, Juan A., lusodescendente por parte do pai, mas também filho de francesa, destacou a ideia de que terá sido o facto de serem pobres que gerou entre os portugueses algum reforço dessa identidade de origem, alimentada pela associação em torno de objectivos práticos, instrumentais: a assistência na saúde, objectivo das primeiras associações, e um lugar no mausoléu:

> R: estos grupos humanos enseguida se aglomeraron, y [hay] dos cosas muy importantes en la vida: la salud en la vida y la muerte ¿no? Entonces panteón y salud. No existía el mutualismo como existe ahora y ellos crearon organizaciones que les brindaron la seguridad de su salud y ahí se nuclearon. Entonces tenés una Sociedad Italiana que aún hoy mantiene su gran panteón, su gran sede y con mucha actividad. La sociedad francesa lo tuvo y no lo tiene más, se integró demasiado.
>
> P: ¿Más que la portuguesa?
>
> R: La portuguesa se ha integrado, sí, se ha integrado, pero no tanto, tal vez como la francesa. Porque la francesa […] no fue a la chacra. […] Te quiero decir… capaz que los medios que tuvieron les permitieron a esa inmigración otro tipo de cosas. […] Gente que llegaba con su gran bienestar. No era el que llegaba acá, hablemos las cosas como son ¿no? Esa gente [los portugueses] venía muy, muy humilde ¿no? [Juan Manuel Aguerre, 57 anos, neto de portugueses].

O que na realidade surpreende é, pelo contrário, a própria existência da associação ou a forma como, em Montevideu, mas ainda mais claramente em Salto, devido à mais distante origem portuguesa da maioria, muitas pessoas se sentem portuguesas sem falarem a língua ou terem estado em Portugal. Da mesma forma se afigura extraordinário, em certas actividades promovidas pela associação, o nível de envolvimento material e afectivo de um conjunto bastante mais alargado de pessoas para além dos integrantes do núcleo dinamizador da associação. O processo de designação de uma escola rural da zona de Salto como *Escola de Portugal*, concluído em 2005, pode ser considerado paradigmático.

Foto 3.3 – Mausoléu da *Casa de Portugal de Salto* (Uruguai), localizado no cemitério local.

A autorização legal para a renomeação da Escola aconteceu após demoradas diligências burocráticas que envolveram numerosos membros da comunidade, elementos de ligação em Montevideu mas também a própria professora da escola num notável trabalho colectivo de recolha e sistematização de informação sobre a presença portuguesa na zona. A preparação do processo envolveu inquéritos aos pais dos alunos, recolha de documentos e outros materiais pertencentes às famílias de origem portuguesa, entrevistas e recolha de testemunhos, organização de *dossiers*, sensibilização dos alunos e famílias e outras tarefas de apoio. O significado deste trabalho é evidenciado pelo facto de um dos resultados da renomeação da escola ser, segundo a lei uruguaia, não apenas a presença da bandeira portuguesa a par da uruguaia nas cerimónias oficiais, mas também a entoação do hino português: um hino do qual foi necessário obter letra e música, para ser entoado por pessoas que não falam a língua, a muitos milhares de quilómetros de Portugal.[12] Da mesma forma, os livros em português, oferecidos pelas

[12] A perplexidade que este facto causou aos investigadores foi aliás amplamente superada pela surpresa causada entre os inquiridos pela informação de que em Portugal não se canta habitualmente o hino nas escolas…

autoridades e instituições portuguesas, são espólio de uma pequena biblioteca apresentada com um misto de orgulho e perplexidade: quem poderá ler estes livros? Seguramente, muito poucos. Mas foram muitos os que participaram na cerimónia de inauguração da *Escola de Portugal*, uma festa organizada com meses de antecipação, cuidados todos os detalhes, da comida às danças regionais pelo rancho folclórico da Casa de Portugal de Montevideu, da encenação pelas crianças da chegada dos imigrantes portugueses no início do século à decoração do cenário, das emotivas alocuções dos mais idosos portugueses, à presença das autoridades oficiais.

A forma como a dinâmica associativa participa na reconstrução da identidade portuguesa é aqui extremamente visível, mas simultaneamente reveladora dos paradoxos envolvidos nessa reconstrução. Alguns aspectos dos relatos de família e experiências de integração de portugueses e lusodescendentes em Salto permite aprofundar este diagnóstico.

«Portuguaios» em salto: relatos e experiências[13]

Um dos aspectos mais salientados nas entrevistas realizadas em Salto é o de que não se registaram particulares problemas de integração. Embora existam casos pontuais de insucesso económico ou marginalidade, os testemunhos recolhidos atestam uma história continuada de assimilação social e cultural bem sucedida. Foi recorrente a ideia de que o país é aberto, que recebe todos, permitindo desenvolver actividades próprias e oferecendo oportunidades.

> El que quiso hacerse, se hizo. Acá. Se hizo fortuna, se compró tierras y se hizo su buena casa y todo eso [Ana Soares, 85 anos, mulher e filha de portugueses].

> Acá los portugueses están muy bien vistos por lo trabajadores que son. Eso está, que son muy trabajadores, todos... [...] Son muy poquitos los que no se hicieron trabajando, ¿no? Porque todos los portugueses, todos están bien, muy bien [Hilda de Sousa Manzini, 65 anos, filha de portugueses].

Em boa medida, esta situação é associada pelos entrevistados à forma como ao longo do tempo se foi processando a chegada

[13] A informação analisada neste ponto foi obtida a partir de um conjunto de sete entrevistas semidirectivas realizadas a portugueses e lusodescendentes residentes na cidade de Salto, em Janeiro de 2006.

dos portugueses. Tal como noutros contextos, tratou-se de uma imigração inicialmente masculina. Os que tinham família em Portugal trouxeram mais tarde as mulheres e os filhos; os restantes acabaram por constituir família no Uruguai.[14] Entre os primeiros elementos do grupo familiar a emigrar para o Uruguai, a maioria chegava já com o destino definido e enquadrada por redes de interconhecimento relativamente eficazes e com um papel decisivo na sua efectiva integração na sociedade uruguaia. Em Salto recolhemos variados relatos sobre o funcionamento destas redes. Um caso interessante é o de D. Manuel Peixoto, «protector» dos portugueses que chegavam, encaminhados já por outra pessoa de Montevideu, «um homem que fez muito pelos portugueses». Um neto deste D. Manuel Peixoto conta-nos:

> Fue una persona que se ve que desarrolló una actividad muy importante, especialmente en la protección de los portugueses; porque él tenía una casa, que inclusive la heredamos nosotros [...] que cuando venían portugueses los afincaba ahí. Estaban un año. Mucha gente. Inclusive yo después me recibí, te estoy hablando, 60, 70 años después, tuve clientes portugueses que en agradecimiento fueron a mí por aquella actitud que había tenido mi abuelo de recibir muchos portugueses y los apuntalaba al principio. Quedaban ahí y ellos después, digamos, era otro Uruguay evidentemente, otra situación económica donde al trabajar y juntar algún dinero podían acceder a alguna chacra, había estabilidad donde se financiaban las cosas a largo plazo. Sí, sí, sí, una cantidad de gente.

Juan Manuel Aguerre relata também o outro lado da história, que mostra como estas redes funcionavam nos dois sentidos:

> Tú sabés que otra particularidad... yo conocí gente joven, ahí en Río Mau, porque después volví y me quedé como una semana, mucha gente joven me hablaba de Manuel Peixoto, una cosa rarísima, que no lo habían visto nunca. Pero qué pasa, la explicación era que se había transmitido de boca en boca que Manuel Peixoto había ayudado a parientes de ellos, que les había ido bien acá en el Uruguay, y gente de la generación de los '70, '80, mi abuelo ya había muerto hace quince años, sabía de Manuel Peixoto. Es una cosa extraña. Yo me acuerdo

[14] Neste aspecto não detectámos situações reveladoras de particular homogamia, tendo os casamentos sido realizados também com pessoas de outras origens. Encontrámos, contudo, relatos de casos em que se mantiveram duas famílias: uma no Uruguai e outra em Portugal.

> hasta el día de hoy. Cómo las generaciones que fueron después comentaron porque otros les comentaron a ellos.
>
> [...] Él manejó mucho eso, lo manejó mucho. Y la gente que venía acá, digamos, en forma muy humilde, ayudó. Sí, sí, eso sí. Sobre todo con gente humilde [Juan Manuel Aguerre, 57 anos, neto de português].

As dificuldades iniciais eram muitas, e a ajuda dos *«paisanos»* constituiu muitas vezes a única forma de sobreviver e alcançar aquele que era o sonho de quase todos: conseguir terra própria. José do Nascimento, o único português (nascido em Portugal em 1915) que pudemos entrevistar, nas suas próprias palavras «um homem de baixa estatura mas com uma grande história», testemunhou, numa longa e emotiva entrevista a forma como foi recebendo esse apoio:

> Corri tudo, um dia ficava na casa de um português, outro dia noutro... e andava perguntando se encontrava algum lugar para trabalhar por minha conta. Não queria saber de trabalhar mais de empregado [...]. Então disse o paisano Luís: «Você não que ficar na casa de um primo meu que comprou uma chacra lá na represa?» Eu vivi lá dois anos. Foi. No primeiro dia de Maio. E no outro dia, selei o cavalo e subi para o Norte que até ficava longe de cá. Mas fui. Fui lá e ele não estava. Estava a mulher que era portuguesa. E eu disse: «O senhor António não está por cá?» E ela disse: «Ele foi ao Povo mas lá pela uma hora vem. Você é conhecido dele?» (Eu não a conhecia a ela mas conhecia a ele.) "Ah, se você é conhecido dele deixa cá o cavalo." Foi. Conversámos e ele disse que eu tinha que trabalhar num pedaço de terra que tinha muita. «Sim, é isso que eu ando procurando.» E ele disse: «Você deixa uma parte da colheita para mim e duas partes para você. Compra os cavalos, compra as ferramentas e o trabalho que faz é por sua conta. Agora, se arranja um criado, pago uma parte também, você paga duas partes e eu pago uma, e se compra semente também, e quando é para vender fica com duas partes e eu fico com uma. Então, eu tenho uma casa, e um quarto, escolha. Por agora você fica cá e depois vamos fazer um quarto lá para você viver. Um quarto grande e uma cozinha, de pedra...» [José do Nascimento, 90 anos, português].

As motivações de carácter económico para a decisão de emigrar dominam também os testemunhos que obtivemos, embora em muitos casos não tenha sido possível reconstituir claramente o contexto original da decisão, dado o relativo desconhecimento, por parte dos lusodescendentes, da vida e das trajectórias dos seus pais ou avós. O que parece ser certo é que não se altera substancialmente

o quadro de motivações que marcou a emigração portuguesa para os outros países da região. Embora existam casos em que a fuga ao serviço militar foi indicada como a principal motivação para a saída de Portugal e tenhamos encontrado casos atípicos,[15] a maioria dos relatos sublinha a ideia da miséria existente em Portugal naquele tempo. Horácio Ferreira, 70 anos, filho de portugueses, conta como se regozijava pelo facto de o pai não ter nunca voltado para um país que associava com essa ideia de miséria, num relato paradoxal:

> Yo creía que era miseria porque él contaba como miseria. Una vez él compró un billete de lotería, un papelito así, y sacó uno de la suerte y se lo dieron, no ese no quiero, dijo, deme uno de esos, dice, ¿y no cae la lotería en ese papelito que no quiso? [...] Ay, decía él, si hubiera sacado la lotería, yo a esta hora estaba en Portugal. Y yo y mi hermana, como él contaba tanta miseria, tanta miseria, nosotros vivíamos en la chacra, trabajando, y ella, por la chacra, a escondidas de él, hablábamos, qué suerte que no sacó la lotería [risas]. Si no estábamos en Portugal pasando miseria como él decía ¿no?
>
> Y sí, vino por las ilusiones de pasar, qué se yo, mejor, porque todos decían que era la Suiza, Uruguay [Horácio Ferreira, 70 anos, filho de portugueses].

Um outro aspecto a salientar diz respeito às formas culturais e sociabilidades. Se exceptuarmos a dinâmica cultural das associações, que no presente contribui para manter acesas algumas tradições portuguesas, os relatos que recolhemos traçam um quadro que poderemos considerar relativamente pobre no que toca à reprodução de formas culturais da origem. Segundo a maioria dos relatos, os portugueses reuniam-se muito mas não falavam necessariamente de Portugal. Dos costumes portugueses alguns recordam a ceia de Natal, com bacalhau, rabanadas e aletria; algumas danças e músicas; as reuniões de domingo quando crianças que deixaram de realizar-se.

> P: ¿Qué hacían?
>
> R: Y, se visitaban un domingo a la casa de uno, iban en el carro. Y al otro día venía el otro y así. Y cuando iban a, no sé si usted entiende,

[15] Por exemplo, o único português – um dos poucos existentes – que entrevistámos em Salto, José do Nascimento, era oriundo do Algarve e havia viajado em busca de aventura, tendo chegado a Salto sem enquadramento de qualquer rede familiar ou de interconhecimento, após uma breve passagem pelo Brasil e com a Argentina em mente.

a labrar la tierra, [...] bueno, se unían tres o cuatro portugueses y ayudaban a uno ahí. Bailaban de noche. Y cuando era la vendimia también, hacían el vino, lo pisaban con los pies, era el sistema. Y bueno, después que terminaban de pisar el vino, tomaban vino y bailaban y farreaban ¡ah!, era divertido a lo máximo […] los hijos ya no son así. Ya están medios desparramados, no están muy unidos. Cambia todo, va cambiando ¿no?

P: La gente ya no se interesa por…

R: Claro, la gente ya no se interesa ya casi por la familia. Disparan muchos. El mundo está tan cambiado ahora que no sé en qué va a terminar [Horacio Ferreira., 70 anos, filho de portugueses].

Se a apropriação dos hábitos, modos de vida e práticas culturais locais parece ter sido em geral realizada sem tensões, aparecem exemplos pontuais da situação contrária. Por diversas vezes o exemplo da forma de vestir foi usado para exemplificar alguma pressão para deixar os «modos portugueses»:

Tenían las costumbres de acá... no [son] más como eran. Porque mi madre y las portuguesas venían en aquellos años, con aquella saia, y las cadenas de oro… La gente de acá se le reía, [decían] que parecían las gitanas […] Y se parecían... Una vez le dijeron a uno, «pero dejate de joder, tu mujer con la prima, con la mamá y la otra… parecen todas gitanas.» Bueno, a [mi] papá no le importó, él quería que usaran, pero el otro llegó a la casa y dijo «olha minha minina tú cuando querés sair aquí do portón para afora fazete un vestido primero porque con esa saia tú no me vas a ir más del portón para fora»… Y entonces como iban los turcos a vender, ella compró telas y ella se ajeitaba a hacer costura, entonces se empezó a hacer el vestido […] Y había un portugués una vez, la hizo venir [a su mujer] y la fue a esperar a Montevideo, pero la llevó a una tienda, le compró vestido, zapatos, todo; la vistió, la hizo vestir porque ella vino con aquellas polleras, se bajó del [barco] y veía que todas miraban, la miraban, seguro, con aquellos pollerones. Ella usaba chinela y acá no se usaba chinelas y ella decía «o zapato que me los ponha cuando morra, voy a seguir usando ésto» [risas]. Pobre... y no siguió usando porque [el marido] no la dejaba, no la dejó vestirse a la moda de Portugal, le dijo que se hiciera los vestidos...

P: ¿Tenía vergüenza?

R: Sí, sí. Porque por ahí los criticaban ¿no? así, después porque así no se usaba [Ana Soares, 85 anos, mulher e filha de portugueses].

Do ponto de vista das relações com Portugal, as entrevistas vieram também confirmar a ideia de distância. Entre os mais antigos, a maioria muito raramente regressou para visitar a família e

alguns nunca voltaram a visitar o país. Embora quase todos tenham (ou tenham tido) parentes em Portugal, a relação sempre foi muito limitada e a comunicação difícil, como atestam os seguintes testemunhos.

> Antes hablábamos poco con los padres, no se hablaba. Qué se yo, nos íbamos a la chacra, trabajábamos, volvíamos, comíamos, descansábamos un rato y volvíamos a la chacra y así, veníamos, era trabajo y trabajo [...] también porque uno era chico, trabajaba, y después... uno no preguntaba tampoco, por respeto... [Hilda S., 65 anos, filha de Português].
>
> P: La familia de él [marido portugués]¿no se comunicaba? ¿No escribían?
>
> R: Se escribían... [...] Pero antes, una carta [demoraba tanto]... Una vez estuvo ocho años sin escribirse [Ana Soares, 85 anos, filha e mulher de portugueses].

Conclusão

A análise acima desenvolvida relativamente à dinâmica associativa e relatos de vida de imigrantes portugueses e lusodescendentes no Uruguai permite retomar a questão do papel das associações de imigrantes na interacção entre modalidades *etnicizantes* e *assimilacionistas* dos processos de integração. Os dados analisados conferem plausibilidade à ideia de que, no presente, a mobilização de quadros culturais e referenciais identitários portugueses através de práticas associativas não promove necessariamente processos de *etnicização*, no sentido em que não visa estabelecer particularidades, sublinhar contrastes ou acentuar distâncias. Ou seja, a activação de marcadores identitários do país de origem não parece ter nem objectivos nem efeitos *etnicizantes*. Pelo contrário, parece funcionar mais como um instrumento eficaz de integração na sociedade de acolhimento através da promoção de redes sociais razoavelmente abertas, não de isolamento e fechamento no seio da comunidade. Uma interpretação possível para este padrão pode fundar-se nas características do processo de integração relativamente a algumas das dimensões atrás referidas, designadamente a natureza dos fluxos, as políticas de imigração e as reacções sociais à presença dos imigrantes.

De um ponto de vista histórico, poderia esperar-se encontrar, a partir dos relatos de família ou mesmo na trajectória das

associações, uma tendência para a *etnicização*, dada a saliência da ancoragem informal das redes no início do ciclo migratório. Contudo, importa registar que essas redes, cruciais enquanto os fluxos se encontravam activos, perderam posteriormente relevância. Isto aconteceu devido a uma variedade de factores: desde logo, a interrupção dos fluxos; em segundo lugar, a reconceptualização do projecto migratório de temporário a definitivo; e, acima da tudo, uma generalizada mobilidade ascendente da maioria dos imigrantes. Estes factores terão convergido para diluir potenciais tendências *etnicizantes*. O exemplo de Salto mostra como a diluição destas redes iniciais se ficou a dever não apenas à interrupção dos fluxos mas a uma crescente integração dos imigrantes na sociedade receptora, favorecida por políticas de imigração liberais e pela ausência de reacções sociais negativas.

Do ponto de vista das politicas migratórias, e tal como assinalámos antes, importa justamente sublinhar o seu carácter globalmente não restritivo ou mesmo marcadamente liberal durante todo o período das migrações em massa. Esta situação inibiu provavelmente o desenvolvimento de estratégias de integração de tipo comunitarista, o que é revelado pela própria natureza das associações. Nenhuma das que analisámos se estabeleceu como grupo de intermediação de interesses ou com objectivos de representação política dos imigrantes nas novas sociedades. Embora tenham procurado e valorizado também um papel de interlocutor junto das autoridades de ambos os países, evitaram largamente a politização das suas actividades.[16]

No que diz respeito às reacções sociais, o padrão dominante que encontrámos foi o da ausência de reacções negativas e estigmatizantes relativamente aos portugueses. As nossas entrevistas mostram que não apenas estas pessoas não se sentem discriminadas como sublinham a abertura da sociedade uruguaia. Por outro lado, a auto-imagem dos portugueses como gente honesta e trabalhadora – uma difundida e eficaz construção simbólica – parece também coincidir com a imagem que os outros têm dos portugueses. Neste contexto, o mecanismo de «reacção social negativa», na literatura identificado como propiciador de tendências *etnicizantes*, não opera. É aliás possível colocar a hipótese de que este

[16] Em todo o caso, a história do associativismo português em Montevideu mereceria, deste ponto de vista, um estudo mais aprofundado.

tipo de reacções sociais à imigração constitui uma variável tanto mais relevante na explicação dos processos de integração quanto tais reacções se verifiquem em sociedades com maior densidade de quadros de interacção não migrante. Nessas circunstâncias, a presença de minorias étnicas pode virtualmente ser apercebida como ameaçadora, gerando assim potenciais reacções hostis. No Uruguai, como de resto noutros destinos sul-americanos da emigração portuguesa – nomeadamente a Argentina – os contextos socioculturais de integração foram sempre caracterizados por uma enorme diversidade de grupos de várias origens nacionais e étnicas. Embora os estudos empíricos existentes mostrem que ao longo do tempo, e em configurações variáveis, existiram sempre, nalguma medida, hierarquias de poder, recursos e prestígio entre diferentes grupos de imigrantes (Devoto 2003), no caso sob estudo tais dinâmicas não terão produzido o tipo de discriminação que poderia catalisar reacções defensivas entre os portugueses. Pelo contrário, as suas associações desenvolveram lógicas de uma *etnicidade* marcadamente simbólica e ritualista que parece favorecer, mais que inibir, a aproximação aos padrões normativa e culturalmente dominantes.

Referências bibliográficas

Alba, Richard, e Victor Nee. 1997. «Rethinking assimilation theory for a new era of immigration». *International Migration Review,* n.º 31: 826-874.

Barrios Pintos, Aníbal. 1968. *El Origen Luso-Brasileño de la Ciudad de Salto*. Montevideu: s. ed.

Borges, Marcelo. 1989. «Los portugueses en Buenos Aires a mediados del siglo XIX: una aproximación sociodemográfica». *Estudios Migratorios Latinoamericanos,* 4, n.º 12: 353-382.

Borges, Marcelo. 1991. «Características residenciales de los inmigrantes portugueses en Buenos Aires en la segunda mitad del siglo XIX». *Estudios Migratorios Latinoamericanos,* 6, n.º 18: 223-247.

Borges, Marcelo. 1997. «Portuguese in two worlds: a historical study of migration from Algarve to Argentina». Tese de doutoramento. New Jersey, Rutgers University.

Borges, Marcelo. 2000. «Migration systems in Southern Portugal: regional and transatlantic circuits of labour migration in the Algarve (eighteenth-twentieth centuries)». *International Review of Social History,* n.º 45: 171-208.

Capucha, Luís. 1990. «Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social». *Sociologia, Problemas e Práticas,* n.º 8: 29-41.

Carreiras, Helena, Andrés Malamud, Beatriz Padilla, Maria Xavier, e Diego Bússola. 2007. «Do fado ao tango: a emigração portuguesa para a região platina». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 54: 49-73.

Conzen, Kathleen Neils, David A. Gerber, Ewa Morawska, George E. Pozzetta, e Rudolph J. Vecoli. 1990. «The invention of ethnicity: una lettura americana». *Altreitalia,* n.º 3: 4-63.

Costa, António Firmino. 2000. *Sociedade de Bairro*. Oeiras: Celta.

Devoto, Fernando. 2003. *Historia de la Inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

Finch, Henry. 1995. «Uruguayan migration». In *The Cambridge Survey of World Migration,* ed. Robin Cohen. Cambridge: Cambridge University Press, 205-207.

Geertz, Clifford. 1993. *The Interpretation of Cultures*. Nova Iorque: Basic Books.

Glazer, Nathan. 1993. «Is assimilation dead?». *The Annals of the American Academy of Political and Social Science,* n.º 530: 122-136.

Guns, Herbert. 1992a. «Second generation decline: scenarios for the economic and ethnic futures of post-1965 American immigrants». *Ethnic and Racial Studies,* 15, n.º 2: 173-192.

Guns, Herbert. 1992b. «Comment: ethnic invention and acculturation, a bumpy-line approach». *Journal of American Ethnic History,* 11, n.º 1: 42-52.

Isaacs, Harold R. 1975. *Idols of the Tribe: Group Identity and Political Change*. Nova Iorque: Harper & Row.

Kazal Russell A. 1995. «Revisiting assimilation: the rise, fall and reappraisal of a concept in American ethnic history». *The American Historical Review,* 100, n.º 2: 437-471.

Machado, Fernando Luís. 2002. *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*. Oeiras: Celta.

Massey, Douglas S. 1995. «The new immigration and ethnicity in the United States». *Population and Development Review,* 21, n.º 3: 631-652.

Morawska, Ewa. 1990. «The sociology and historiography of immigration». In *Immigration reconsidered: History, Sociology, and Politics*, ed. Virginia Yans--McLaughlin. Nova Iorque: Oxford University Press, 187-238.

Morawska, Ewa. 1994. «In defense of the assimilation model». *Journal of American Ethnic History,* n.º 13: 76-87.

Moya, José. 2005. «Immigrants and associations: a global and historical perspective». *Journal of Ethnic and Migration Studies,* 31, n.º 5: 833-864.

Pinto, José Madureira. 1991. «Considerações sobre a produção social da identidade». *Revista Crítica de Ciências Sociais,* n.º 32: 217-231.

Pires, Rui Pena. 2003. *Migrações e Integração*. Oeiras: Celta.

Portes, Alejandro, e Min Zhou. 1993. «The new second generation: segmented assimilation and its variants among post-1965 immigrant youth». *The Annals of the American Academy of Political and Social Science,* n.º 530: 74-98.

Reitano, Emir. 2000. «Los comerciantes portugueses del Buenos Aires tardocolonial: inversiones, familia, relaciones». Comunicação apresentada nas Jornadas sobre los Comerciantes como Empresarios, Siglos XVII al XX, Buenos Aires, Universidad Argentina de la Empresa (UADE).

Schneider, Arnd. 2000. *Futures Lost: Nostalgia in and Identity among Italian Immigrants in Argentina*. Oxford: Peter Lang.

Schrover, Marlou, e Florian Vermeulen. 2005. «Immigrant organizations». *Journal of Ethnic & Migration Studies*, 31, n.º 5: 823-832.

Sollors, Werner, ed. 1989. *The Invention of Ethnicity*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Soysal, Yasemin. 1994. *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.

Svetlitza de Nemirovsky, Ada. 2000. «Celebraciones en los clubes portugueses de Argentina: la construcción de la doble identidad». *Documentos de Trabajo*, n.º 154: 1-7 (http://www.ub.edu.ar/investigaciones/dt_nuevos/154_nemirovsky.pdf).

Viegas, José Manuel. 1986. «Associativismo e dinâmica cultural». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 1: 103-121.

Zhou, Min. 1997. «Growing up American: the challenge confronting immigrant children and children of immigrants». *Annual Review of Sociology*, n.º 23: 63-95.